

## **O diálogo entre a Educação Popular e a Educação do Campo com a Pedagogia da Alternância na busca por uma educação emancipadora**

Patrícia Hand Littig<sup>1</sup>, Débora Monteiro do Amaral<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo foi motivado por uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação, que buscou fazer o entrelaçamento entre a Educação Popular, a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância, com o intuito de conhecer-reconhecer a constituição histórica da Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu, localizada no município de Domingos Martins/ES e suas contribuições para a educação dos povos camponeses da região. Por meio da trajetória constitutiva dos movimentos e das práticas empreendidas pela Educação Popular, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, buscamos compreender e analisar os processos constitutivos das proposições educativas, que, além do compromisso com a emancipação humana, também se comprometem com o trabalho como princípio educativo, na busca por uma educação emancipadora e não com a proposta do capital. A cada leitura, constatamos que a Educação Popular, juntamente com a Pedagogia da Alternância, constituem um fértil terreno para novos plantios e pesquisas como meio de luta para assegurar os direitos dos povos camponeses à educação.

### **Palavras-chave**

Pedagogia da Alternância. Educação do Campo. Escola Família Agrícola. Educação Popular.

---

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professora na Escola Família Agrícola São Bento do Chapéu, Espírito Santo, Brasil. E-mail: patriciahl2005@hotmail.com.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil; professora na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: deboramdoamaral@gmail.com.

## **The dialogue between Popular Education and Rural Education with the Pedagogy of Alternation in the search for an emancipating education**

Patrícia Hand Littig<sup>3</sup>, Débora Monteiro do Amaral<sup>4</sup>

### **Abstract**

The production of this article was motivated by research for the Professional Master's Degree in Education that sought to interweave Popular Education, Rural Education, and the Pedagogy of Alternation to understand and recognize the historical constitution of the Family Agricultural School of São Bento do Chapéu, which is located in the municipality of Domingos Martins/ES, and its contributions to the education of the rural peoples of that region. Through the constitutive trajectory of such movements and practices undertaken by Popular Education, Rural Education, and Pedagogy of Alternation, we seek here to comprehend and analyze the constitutive processes of educational propositions that, besides the commitment to human emancipation, are also committed to work as an educational principle, in the search for an emancipating education and not to the proposal of the capital. With each reading, we realize that Popular Education together with Alternation Pedagogy make fertile ground for new ideas and research as means of struggle to ensure the rights of peasant peoples to education.

### **Keywords**

Pedagogy of Alternance. Countryside Education. Family Agricultural School. Popular Education.

---

<sup>3</sup>Master degree in Education from the Federal University of Espírito Santo, Brazil; teacher at Escola Família Agrícola São Bento do Chapéu, Espírito Santo, Brazil. E-mail: patriciahl2005@hotmail.com.

<sup>4</sup>PhD in Education from the Federal University of São Carlos, São Paulo, Brazil; professor at the Education Center of the Federal University of Espírito Santo, Brazil. E-mail: deboramdoamaral@gmail.com.

## **Introdução**

Este artigo é fruto de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação que procurou, dentre outras coisas, compreender a Pedagogia da Alternância (PA) para além de uma metodologia ou tempos e espaços educativos, mas como uma proposta educacional que tem suas especificidades dependendo de seu contexto e de seus sujeitos. Este texto buscou evidenciar também as origens da PA e trazer sua contribuição para a educação do campo ao longo da história e, estabelecer o diálogo desta proposta educacional com a proposta da educação popular, alicerce fundamental para o movimento da educação do campo. Compreender a PA e suas características é fundamental para colocá-la em prática de forma a contribuir com o processo formativo dos/das estudantes e docentes que estão se educando nesta caminhada. A seguir, traremos a discussão da PA enquanto uma experiência de educação do campo e, posteriormente, o encontro dela com a educação popular e a educação do campo.

### **A pedagogia da alternância como uma das experiências de educação do campo**

A Pedagogia da Alternância tem sua origem na França. Ela surge como uma possibilidade educativa para os filhos de agricultores que buscavam conciliar trabalho e formação, por volta de 1930, com o Padre Pedro José Granereau, filho de camponeses, profundamente comprometido com o direcionamento do homem do campo, já que o sistema educacional não supria as demandas dos filhos de agricultores. Como afirma Nosella (2012):

A história das Escolas-Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo passado de injustiças, sofrendo as mesmas pressões. Foi a ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico (Nosella, 2012, p. 45).

O desinteresse por parte do Estado e da igreja em relação à mulher e ao homem do campo sempre preocupou o Padre Pedro José Granereau. As famílias camponesas enviavam os filhos para a cidade na tentativa de terem acesso à educação:

E os pais, de fato, acreditavam que seus filhos para se formarem, para se tornarem sábios e instruídos, deveriam necessariamente mudar para os grandes centros urbanos. Assim, mais uma vez a terra tornava-se o oposto de sabedoria, de ciência, de sucesso; mais uma vez celebrava-se o desquite entre cultura e agricultura (Nosella, 2012, p. 46).

Diante do contexto em que se encontrava, ele se deparou com uma única solução: criar uma escola.

Desde 1911, o padre Granereau tinha fundado um sindicato rural no intuito de ajudar os camponeses a superar o isolamento e o individualismo. Em 1914, chegou à conclusão de que o problema agrícola nada mais era que um problema de educação, isto é, de uma formação capaz de preparar chefes de pequenas empresas rurais. Em 1930, deixou voluntariamente uma grande paróquia urbana para se instalar na pequena paróquia rural de Sérignac - Péboudou. Exatamente aqui, após muitas dificuldades, no dia 21 de novembro de 1935, quatro alunos se apresentaram à casa paroquial. Naquele dia começou a primeira *Maison Familiale* ou Escola da Família Agrícola (Nosella, 2012, p. 47).

A ideia do internato e da alternância estavam presentes desde o início, pois evitava o deslocamento para reunir os jovens e estes poderiam continuar a ajudar as famílias deles nos afazeres do campo sem abandonar os estudos, que tinham como assunto também o trabalho camponês.

A expansão francesa se deu a partir da crise provocada pelo próprio fundador que, segundo os agricultores, tinha dificuldades em administrar *Maison Familiale*. Somado a este fato, o padre se aproximou do governo colaboracionista com os alemães e ainda idealizava uma escola fechada somente para o campo, sem abertura para a cidade e para outras formas de educação, como destaca Nosella (2012):

Ele queria uma formação para o campo totalmente fechada, que escolarizasse todo o sistema educacional, do primário até a universidade rural. Evidentemente, os agricultores não puderam aceitar essa concepção, porque não era possível e nem desejável que todos os jovens ficassem no campo e, até porque não seria normal fechar um grupo de pessoas do resto do país (Nosella, 2012, p. 51).

Esse aspecto é interessante, pois, até nos dias atuais, as EFA são questionadas sobre isso. A partir do afastamento do pároco, aconteceu uma reestruturação do movimento, ocasionando uma expansão e sistematização da experiência, passaram de 30 para 500 *Maisons Familiales*. Segundo Nosella (2012), havia nesse momento também uma preocupação com a expansão, com a possibilidade de perder a originalidade. Dessa forma, foi preciso fechar escolas. Chegou-se à seguinte organização:

União Nacional com sua Assembleia Geral que se reúne anualmente; Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral, que se reúne mais ou menos a cada dois meses; Comitê Executivo, composto do Presidente, Tesoureiro e o Secretário

Diretor, que se reúnem quase todas as semanas; A assembleia geral é formada pelos membros eleitos pelas *Maisons Familiales* (Nosella, 2012, p. 52).

Ainda sobre a expansão francesa da Pedagogia da Alternância, Nosella (2012, p. 54), conclui “o que interessa notar é que o esforço para expandir sempre mais a nova experiência educacional permaneceu sempre fiel ao princípio fundamental da alternância: estudo-realidade territorial-profissão”.

A Pedagogia da Alternância vai se expandindo, atingindo a Itália, a África e a América Latina, e chega ao Brasil, no estado do Espírito Santo, em 1968, com a criação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES):

Em 1968, foi criado em Anchieta/ES, numa assembleia de agricultores, por líderes religiosos e representantes dos municípios vizinhos, o *Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo* (MEPES), cujo objetivo principal é promover o homem por meio da melhoria da qualidade de vida no meio rural (Jesus, 2011, p. 60).

Como confirma Pietrogrande (1974, p. 5) citado por Gerke de Jesus (2011, p. 60) em seu documento que registra a história da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo:

A base para a ação será a promoção do homem todo e de todos os homens, entendido em todas as suas dimensões: espírito, mente, corpo, inteligência, sensibilidade, individualidade, sociabilidade, sem admitir nenhuma exclusão. Qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser, senão colocado a serviço da pessoa humana. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável de seu bem estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual (Doc. Pietrogrande, 1974, p. 5, *apud* Jesus, 2011, p. 60).

A partir do MEPES, instituição filantrópica, surgiram as primeiras Escolas Famílias Agrícolas, ampliando assim a Pedagogia da Alternância no Espírito Santo:

teve início no Estado do Espírito Santo, através de um trabalho comunitário de base, liderado pelo Padre Humberto Pietrogrande. Em 1968, surge o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES, para operacionalizar o projeto da Pedagogia da Alternância. Em 1969, as primeiras experiências surgem com a criação de três Escolas Famílias

Agrícolas: Olivânia, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul (Schunck *et al.*, 2012, p. 207).

A Pedagogia da Alternância consiste em uma das primeiras experiências de educação do campo no Espírito Santo, aliás, não é possível falar em educação do campo no Espírito Santo sem falar da Pedagogia da Alternância e das Escolas Famílias Agrícolas.

Com o decorrer do tempo, a Pedagogia da Alternância foi sendo discutida, refletida e concebida a partir do contexto brasileiro. O fato de ser uma experiência que veio de fora, trazida por estrangeiros poderia estabelecer uma relação de estranhamento ou até mesmo rejeição ao projeto. No entanto, o que a consolidou como prática dinâmica foi a constante reflexão, estudo, interfaces teóricas e trocas de saberes em nível nacional e também internacional (Jesus, 2011, p. 69).

Atualmente, segundo o consultor Joel Duarte Benísio, com base nos dados da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), em 2018, duas organizações articulam, coordenam e representam as instituições que compõem a rede Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA): a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR). A UNEFAB está presente em dezesseis estados e a ARCAFAR em cinco. A tabela apresenta os totais de EFA e CFR (Casas Familiares Rurais) que compõem a Rede CEFFA.

**Tabela 1 – CEFFA - Total Geral**

<b>EFA's</b>	155
<b>CFRs</b>	75
<b>Total Geral</b>	230 <sup>5</sup>

Fonte: SEAD (2018).

Com a chegada da Pedagogia da Alternância no Brasil, observamos uma expansão no número de EFA, inclusive tornando-se a Pedagogia da primeira escola de assentamento do MST no ES:

A escola do assentamento incorpora elementos da Pedagogia da Alternância, implementada pelas EFA's do Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES). Esses elementos foram construídos a partir da práxis em escolas de assentamentos e adaptados ao contexto, à realidade e filosofia da proposta educativa do MST (Pizetta, 1999, p. 191).

---

<sup>5</sup> Total baseado apenas nas escolas vinculadas à UNEFAB em 2018.

A Pedagogia da Alternância passa a ser assumida pelas escolas comunitárias rurais, escolas de assentamento e, no âmbito do Brasil, pelas Casas Familiares Rurais. No subtítulo “O encontro da PA com a educação popular e educação do campo”, trazemos como se deu o encontro da Pedagogia da Alternância de origem francesa com a Educação Popular brasileira e com o Movimento Nacional da Educação do campo.

Há 53 anos, a chegada da Pedagogia da Alternância ao Espírito Santo (ES) transformou o contexto da educação rural no estado, sendo o primeiro projeto de educação popular no ES. A Pedagogia da Alternância chega se opondo à realidade de educação da cidade no campo:

A Educação do Campo no Espírito Santo não pode ser compreendida desvinculada do contexto das Escolas Famílias Agrícolas e da pedagogia da alternância, uma vez que não existem registros de outro projeto de educação popular voltado para os camponeses anterior a esta experiência educacional no Estado (Santos; Silva, 2015, p. 98).

A Pedagogia da Alternância surge como possibilidade de formação para os sujeitos camponeses na França e essa necessidade se repetiu no Espírito Santo, motivando o surgimento do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo:

atina-se que a formação por alternância configura-se como espaço e tempo da resistência e da perseverança. Nasce do inconformismo e das inquietudes na busca por um processo formativo que concilie as aprendizagens dos conhecimentos historicamente acumulados ao trabalho, às suas necessidades cotidianas, construindo nos jovens o sentimento de pertença às suas raízes históricas, culturais e econômicas, produzidas na lida com a terra e na colheita de seus frutos (Gerke; Santos, 2019, p. 7).

As forças de enfrentamento foram potencializadas a partir de 1998 com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, momento em que a pauta da Educação do Campo está em processo de ampliação:

A formação por alternância, hoje, produz-se na diversidade de experiências educativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de Escolas Comunitárias Rurais, Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Licenciaturas em Educação do Campo, entre outras. Todas essas experiências implicam a luta comum por políticas públicas que reconheçam a especificidade formativa da alternância, seus pilares e, sobretudo, sua manutenção pela via pública e pela gestão associativa dos sujeitos camponeses (Gerke; Santos, 2019, p. 6).

Pedagogia da Alternância e Educação do Campo são movimentos contra hegemônicos<sup>6</sup> que se opõem ao modelo capitalista e toda sua lógica de destruição. Seu objetivo principal é a emancipação do sujeito, o estudante como centro do projeto educacional com vistas à transformação da realidade:

Nesse viés, pactua-se do entendimento de Garcia-Marirrodriga (2002) e Caliarì (2002), reafirmando nos territórios formativos da alternância a função do desenvolvimento local sustentável, pautado no paradigma de que este se produz na vida, como afirmação de sentimento de pertença à terra, melhoria social, econômica e profissional dos sujeitos, valorizando e respeitando a natureza. Ou seja, uma formação por alternância integrada à materialidade da vida e para a vida com sustentabilidade e formação integral.

Portanto, a alternância é uma possibilidade pedagógica de materialização da educação do campo. Está entrelaçada aos pressupostos dos movimentos sociais e do compromisso com a produção de uma nova sociedade (Silva, 2010; Antunes-Rocha *et al.*, 2010 & Molina, 2010), que hoje, mais do que nunca, sofre a ameaça do retrocesso das conquistas alcançadas nos últimos anos (Gerke; Santos, 2019, p. 11).

A luta pela educação e organização dos camponeses em busca do acesso à Educação são parte das estratégias de resistência e enfrentamento ao capital. Como destaca Molina (2010):

É imprescindível garantir a sua materialidade de origem: se perder o vínculo com as lutas sociais do campo que a produziram não será mais Educação do Campo. Para continuar sendo contra-hegemônica, ela precisa manter o vínculo e o protagonismo dos sujeitos coletivos organizados, ser parte da luta da classe trabalhadora do campo por um projeto de campo, sociedade e educação (Molina, 2010, p. 139).

Também partindo de um movimento contra-hegemônico, surge a Pedagogia da Alternância, já que a população rural assistia seu direito à educação ser negado desde o Brasil colônia, mas, principalmente a partir da década de 1980, o movimento contra-hegemônico ganha força, como destaca Amaral (2010, p. 21): “Desde 1984, além das ocupações de terra e marchas para pressionar a reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo”. Dessa forma, a Pedagogia da Alternância, os Movimentos Sociais e a Educação do Campo complementam forças e as lutas em prol dos direitos negados aos sujeitos do Campo. “Foi a ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente

---

<sup>6</sup> São movimentos de resistência frente à hegemonia do capitalismo.

com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico” (Nosella, 2012, p. 45). A história das Escolas Famílias surge de um movimento contra hegemônico de uma classe que sempre teve seus direitos negados, principalmente, em relação à educação escolar.

### **O encontro da PA com a educação popular e educação do campo**

A fim de reconhecer a trajetória constitutiva dos movimentos e práticas empreendidas pela Educação Popular, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, buscamos aqui, na esteira da história, os entrelaçamentos constitutivos desses movimentos. Por meio da análise dos processos constitutivos das proposições educativas, além do compromisso com a emancipação humana, elas também se comprometem com o trabalho e não com o capital.

O sentido que Brandão (2006) atribui às palavras “Educação Popular” é diferente do primeiro sentido dado por educadores e cientistas sociais, uma vez que, de acordo com o autor:

[...] tende a aparecer, primeiro, como alguma modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem. Ou então educação popular denomina, depois, os tempos e tipos de luta de políticos e intelectuais para que uma tal educação escolar seja de algum modo estendida ao povo (Brandão, 2006, p. 28).

Dessa forma, o ensino escolar que os jesuítas destinavam principalmente aos indígenas é associado com os primórdios da “Educação Popular” no Brasil. Mas esse ensino se configurou como uma educação excludente e provisória durante o Brasil colônia.

Seguindo para as primeiras décadas do século 20, de acordo com Brandão (2006), houve um advento do ensino escolar oficial, impulsionado não apenas pelo trabalho político pela escola pública e por uma súbita tomada de consciência do poder de Estado, mas também foram decisivos para tal impulso os interesses e pressões de setores urbanizados da população brasileira, ao lado das vantagens que o empresariado via em uma melhoria do nível escolar e da capacitação da força de trabalho de migrantes rurais ou estrangeiros reunidos em suas indústrias. Assim, Brandão (2006) complementa:

É associado aos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino brasileiro que o nome educação popular aparece com aspas em Celso de Rui

Beisiegel (Estado e Educação Popular, p. 34-58), e sem elas em Vanilda Pereira Paiva (Educação Popular e Educação de Adultos, p. 53-87), quando eles discutem as relações entre o Estado, a sociedade civil e a educação das classes populares no país. A escola pública, estendida por governos de estados e municípios a populações rurais e urbanas do país, durante muitos anos afastadas do ensino escolar, é um dos resultados dessa primeira mobilização nacional pela educação universal (Brandão, 2006, p. 29).

Durante o Império e os primeiros anos da República, observa-se um progresso lento no que se refere à criação de escolas gratuitas em decorrência da ausência de uma política educacional concreta, resultando em uma alta taxa de analfabetismo. A partir de 1920, acontece uma “ampla luta em favor de uma primeira educação popular” assim chamada por Brandão (2006, p. 32): “Uma ‘luta pela educação’ é então dirigida ao ‘combate ao analfabetismo’ e à expansão imediata da rede escolar – centralizada agora pelo governo republicano federal – a todos, em todos os lugares”.

Muitas conquistas foram obtidas por meio dessas lutas e do combate ao analfabetismo, porém, segundo Brandão (2006), o ideal de uma educação popular liberal foi um projeto nunca plenamente realizado no Brasil. Seguindo com o progresso das lutas e conquistas, Brandão e Assumpção (2009) destacam:

Uma primeira experiência de educação com as classes populares (com essa concepção), a que se deu sucessivamente o nome de educação de base, educação libertadora e, mais tarde, educação popular, surgiu no Brasil no começo da década de 1960, no interior de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais estaduais ou da federação (Brandão; Assumpção, 2009, p. 27).

Percebemos como as palavras Educação Popular vão ampliando seu sentido conforme o processo histórico, antes apenas para o povo, ela vem do povo e para o povo por meio de lutas e reivindicações, um povo que sempre viveu à margem do “progresso”. Nesse sentido, Brandão e Assumpção (2009) concluem:

[...] o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares (Brandão; Assumpção, 2009, p. 28).

O encontro entre o MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo) com a PA e a Educação Popular se deve ao Movimento de Educação Básica (MEB), que surge a partir de 1961, como iniciativa da Igreja Católica, com a ajuda financeira do

poder público, destacando os programas educacionais focados no campesinato. A Pedagogia da Alternância não surgiu a partir de teorias e ela, aqui no Brasil, foi se resignificando com conceitos e práticas que fundamentam seus próprios pressupostos teóricos e que também fundamentam os princípios filosóficos do MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo):

Dessas práticas e conceitos incorporados citamos os que também fundamentam os princípios do MEB. Destacamos o método pastoral Ver-Agir-Julgar que, adaptado para a concepção da Pedagogia da Alternância passa a utilizar os conceitos de Observar – Refletir – Experimentar – Transformar. Incorpora, também, na sua prática diária, como o MEB, os conceitos conscientizadores de transformação da sociedade de Paulo Freire (Caliari, 2013, p. 264).

Os dois movimentos enfatizam a compreensão por parte dos camponeses, da importância da solidariedade e da educação como base para sua organicidade. Com base no pensamento freireano, a educação é um meio para a liberdade e uma forma de problematização de sua realidade camponesa a fim de transformá-la por meio da reflexão, da coletividade, a partir de seus conhecimentos e práticas e não da transmissão do conhecimento. É o fazer “com” e não o fazer “para”, em que se amplia o diálogo e o planejamento comunitário a partir das vivências camponesas.

A prática pedagógica da Alternância se aproxima de uma proposta popular de educação por considerar os conhecimentos das famílias camponesas, dos educandos e das comunidades e por se constituir de espaços provocadores de diálogos possíveis entre o exercício didático-pedagógico de valorização dos diferentes saberes e conhecimento que as pessoas possuem e reelaboram dentro da escola, fora da escola e nos interstícios da escola. As Escolas Famílias, ao considerar e resgatar, em permanente diálogo no ambiente escolar, o saber da experiência, a matriz cultural dos coletivos camponeses, o papel da ancestralidade na transmissão intergeracional do conhecimento elaborado no grupo e a partir do grupo, encontra neles a fundamentação de sua prática educacional popular (Caliari, 2013, p. 269).

A Educação Popular se materializa nas Escolas Famílias, no momento em que a realidade camponesa é tema de Plano de Estudo, de debate, de problematização no sentido de valorização dessa realidade.

As Escolas Famílias Agrícolas constituíram-se como espaços de uma educação popular, ao compreenderem o significado de identificar, sistematizar e trazer para seu interior o conhecimento elaborado na comunidade e na família camponesa, sempre invisibilizados pelos currículos da educação oficial, e dele se apropriarem (Caliari, 2013, p. 270).

Ao promover ações que organizam as comunidades e promovendo reflexões críticas sobre seu cotidiano, as EFA potencializam a emancipação das pessoas, na consciência crítica, na luta pelos direitos como cidadãos.

É nesses espaços de conscientização, reflexão e aprendizagem teórico-prática, que se desenvolve e se consolida a Educação Popular nos ambientes educativos das Escolas Famílias Agrícolas. Uma práxis educacional que transforma todos os sujeitos envolvidos no processo educativo: comunidade – família – educador/monitor – educando. Entretanto, para acontecer a efetiva prática educacional comprometida com os projetos de educação popular, os educadores/monitores das Escolas Famílias Agrícolas têm que se posicionar politicamente com a adoção efetiva da Pedagogia da Alternância, sua postura em sala de aula, a sensibilidade de considerar o capital cultural das comunidades, famílias e educandos e, principalmente, de provocar, nos ambientes escolares, comunitários e familiares, a prática da reflexão (Caliari, 2013, p. 274).

A Educação Popular traz fertilização para uma Pedagogia de origem europeia que prioriza a responsabilidade de buscar respostas para solucionar questões sociais da realidade, contornos populares que são assumidos por ela no território brasileiro.

O meio rural, em comparação ao meio urbano, era considerado um local de atraso, inferioridade, subordinação, ou seja, um espaço estigmatizado pela sociedade brasileira em que se multiplicavam estereótipos. Um espaço assim necessita de “progresso”, mas para que tal progresso aconteça se fez necessária uma educação. Qual educação? Uma educação “no” campo, baseada no modelo urbano, já que é o exemplo de desenvolvimento e progresso.

A materialidade de origem da Educação do Campo projeta/constrói uma determinada totalidade de relações que lhes são constitutivas. Antes (ou junto) de uma concepção de educação ela é uma concepção de campo: porque, neste caso, como pensamos o campo pensamos a educação; se pensarmos o campo como latifúndio não temos como pensar a Educação do Campo; se pensarmos a Reforma Agrária como uma política social ou compensatória apenas, não vamos pensar em um sistema público de educação para os camponeses (Caldart, 2004, p. 15).

Essa educação rural “no” campo, obviamente, não atendia às necessidades das famílias camponesas, fato que contribuía ainda mais com os estereótipos, com a desvalorização e com o não cumprimento do principal papel da educação, que é a transformação da realidade.

A expressão educação rural foi empregada na época do governo Vargas, para delimitar o espaço urbano e definir políticas públicas de ação para esses espaços geográficos já compreendidos na época, como diferentes. No

entanto, as práticas educativas implementadas para ambas as situações se continuam em um único paradigma, o urbano. O Rural representava o espaço das políticas compensatórias e paliativas, um lugar onde projetos econômicos e políticos da cultura capitalista se instauravam demarcando o território do agronegócio, das empresas exploradoras de madeira, minério e outros (Amaral, 2010, p. 75).

O êxodo rural foi acentuado, ocasionando a precarização da produção de alimentos de qualidade e a destruição do meio ambiente, uma vez que, se o pequeno agricultor sai, quem fica no lugar é o agronegócio, que visa à monocultura, ao uso excessivo de insumos agrícolas, à devastação de grandes áreas, à alimentação animal e à produção para o mercado externo. Nas palavras de Caldart (2004):

Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas *com* ele, nem muito menos *para* ele (Caldart, 2004, p. 12, grifos do autor).

De rural passou a ser campo, muito mais que um espaço geográfico, mas um cenário de embates políticos e lutas travadas pelos movimentos sociais que reivindicam os direitos, tantas vezes negados. Um desses direitos corresponde à educação, mas não apenas à educação “no” campo e sim “do”, “no”, “para” e “com”. A nomenclatura Educação do Campo é recente, mas o movimento acompanha o percurso histórico do nosso país conforme a Proposta de Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Espírito Santo, Comitê Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES):

No entanto, com tudo isso, é muito recente a inclusão do campo como espaço de vida e de cultura nos debates da educação brasileira. O movimento em torno da Educação do Campo que foi vivido na nossa história no período final dos anos de 1950 até o início dos anos 60 e interrompido pelos governos militares, só consegue recuperar forças no final da década de 80. Desde então, várias organizações e movimentos sociais têm exposto, em suas práticas, o valor que atribuem à educação na construção de uma nova sociedade. O 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), que aconteceu em 1997 e envolveu educadores de assentamentos e universidades, foi um marco nessa retomada (Comeces, 2014, p. 1).

Em 1998, foi definido o termo “Educação do Campo” na 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que reafirmou uma Educação com suas próprias

singularidades, pensada não apenas “para” a população camponesa, mas “com”. Nas palavras de Caldart (2004):

Na 1ª Conferência reafirmamos que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Também foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e de baixa qualidade da educação pública destinada à população trabalhadora do campo. Discutimos propostas, socializamos experiências de resistência no campo e de afirmação de um outro projeto de educação. De lá para cá o trabalho continuou por meio da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, que seguiu nas mobilizações nos estados e no debate com a sociedade, levando esta mensagem especialmente para outros movimentos sociais e para as educadoras e os educadores do campo (Caldart, 2004, p. 10).

Este momento foi propulsor para as demais conquistas que merecem destaque, como a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1//2002 do Conselho Nacional de Educação) e a entrada da questão da Educação do Campo na agenda de lutas e de trabalho de muitos movimentos sociais, sindicais.

A Pedagogia da Alternância está entrelaçada à Educação Popular, assim como a Educação do Campo como Movimento Organizado e como práxis, dessa forma, essa luta é reconhecida agora como a luta pela Educação do Campo e tem sua origem na Educação Popular, uma vez que Paludo (2013) afirma:

a) possuem uma mesma materialidade de origem; b) são concepções educativas que se colocam na perspectiva contra-hegemônica e de resistência ao modo produção capitalista; c) são forjadas no movimento concreto da luta dos trabalhadores, e seus processos são feitos por eles e com eles, e não para eles; d) em ambas, o direcionamento é a emancipação humana (Paludo, 2013, p. 65).

A expressão “Educação Popular” aparece na Primeira República associada à instrução elementar e objetiva alcançar toda a população. Com o passar dos anos, o movimento operário caracterizou a educação popular com ideias pedagógicas contra-hegemônicas, sendo construída pelo e para o povo. Essas ideias avançavam no meio urbano e atingiam o meio rural, destacando a importância das ideias pedagógicas libertadoras de Paulo Freire.

Enquanto, a partir de 1990, a concepção de Educação Popular entra em crise com o surgimento de formas variadas de entendimento acerca do conceito, a Educação do Campo segue imune, de certa forma, dirigindo-se a um público específico com sujeitos de direitos,

debatendo o estereótipo do campo como lugar do atraso e sem cultura. Sobre a Educação do Campo, Paludo (2013) reforça:

Nascida do campo, dos seus sujeitos organizados e por eles protagonizada, a Educação do Campo estabelece relações e vínculos importantes com a Educação Popular, na medida em que se coloca na perspectiva contra-hegemônica e de resistência (Paludo, 2013, p. 67).

A partir do exposto, podemos compreender que a Educação Popular e a Educação do Campo surgem da luta dos trabalhadores, acumulam experiências de lutas em cada contexto histórico, aliadas ao trabalho dos intelectuais, de forma a estabelecer nexos e relações sobre muitos fundamentos entre a reconfiguração da Pedagogia da Alternância a partir dos encontros desta com os movimentos sociais organizados e a partir das novas produções teórico-práticas produzidas nos territórios brasileiros, como afirma Nosella (2012):

O interesse que suscita uma nova iniciativa educacional para o mundo rural decorre da evidente crise do ensino do meio rural e, num sentido mais geral, da própria crise do homem contemporâneo com relação à terra. Se a crise da escola é universalmente proclamada, a crise da escola do meio rural é ainda mais evidente, embora suas conotações específicas sejam menos claras. Em todo caso, o interesse para novas alternativas educacionais, hoje, é muito forte (Nosella, 2012, p. 35).

A Pedagogia da Alternância, por sua vez, nasce por meio de uma instituição filantrópica, que também conta com a participação de agricultores e lideranças das comunidades. Ela se inventa e reinventa com as diversas interlocuções no âmbito da diversidade de movimentos e práticas.

A história das Escolas-Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo passado de injustiças, sofrendo as mesmas pressões. Foi a ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico (Nosella, 2012, p. 45).

Compreendemos que, hoje, há uma relação orgânica entre educação popular, Pedagogia da Alternância e Educação do Campo, que, embora tenham concepções e trajetórias distintas, acabam por produzir, no seio das diferentes experiências formativas dos sujeitos do campo, um projeto formativo que se ancora nessas trajetórias e nos saberes e

fazeres acumulados ao longo dos anos, traduzindo-se em encontros teórico-práticos significativos.

### **Escola Família Agrícola São Bento do Chapéu**

A comunidade de São Bento do Chapéu localiza-se no distrito da sede do município de Domingos Martins, que se localiza a apenas 43 km de Vitória, capital do Estado, a BR 262 liga as duas cidades. São Bento do Chapéu está a 14 km do centro de Domingos Martins. A comunidade possui relevo acidentado, montanhoso, que faz parte da região serrana do estado. Possui terras altas, montanhosas e frias. O clima é de tropical de altitude, com temperaturas mais amenas durante o ano. A altitude varia de 600 a 800m acima do nível do mar. A vegetação é formada por uma quantidade considerável de Mata Atlântica, por isso o município também é conhecido como cidade do verde.

Na década de 1980, a comunidade vinha sentindo as consequências da negação dos direitos dela, o que influenciava negativamente nas condições da vida no campo. Em 1990, agricultoras e agricultores resolveram se organizar em forma de Associação na comunidade de São Bento, no município de Domingos Martins. Diante de tantos direitos e reivindicações negados, a Associação foi intitulada Associação em Defesa dos Direitos dos Produtores Rurais de São Bento do Chapéu.

Diante do êxodo rural, também motivado pela busca por educação na cidade, Floriano Hehr Sobrinho, sócio fundador (agricultor familiar e ex-professor primário de emergência) doou 3 hectares de terra para a construção de uma escola que atendesse às necessidades de seus filhos. Nesse sentido, escolheram a Pedagogia da Alternância.

surgiram várias discussões e a principal delas foi a preocupação com a educação que não distanciasse o jovem da sua realidade e de sua vivência familiar. Desta maneira, os agricultores estavam preocupados com os modelos de educação do meio urbano, uma vez que não atendiam o desenvolvimento do campo. Além disso, o êxodo rural era constante, pois quando os jovens iam estudar no meio urbano, não voltavam para suas origens (Schunck *et al.*, 2012, p. 207).

A Alternância permite aos estudantes conciliar os estudos com o trabalho na propriedade, sem perder o vínculo com a realidade campestre. Alternando entre os dois espaços, proporciona uma reflexão sobre a realidade à medida que se toma uma distância e essa realidade é problematizada no tempo escolar com vistas à transformação por meio do

compartilhamento de saberes, oportunizando a tomada de consciência. No momento em que os saberes camponeses do/da estudante são temas de estudo, eles percebem a valorização dessas experiências. Havendo a valorização, há também o sentimento de pertencimento, empoderando sua relação com o campo e minimizando os preconceitos impostos pela sociedade para com a mulher e o homem do campo.

Na Pedagogia da Alternância, o currículo é dinâmico e complexo para ser “adequado” ao modelo de educação tradicional do sistema. Os temas geradores, com seus planos de estudo, orientam todo o trabalho pedagógico da EFA. Na EFASBEC, temos três temas geradores por ano, um a cada trimestre. Os temas geradores são fixos e partem da realidade dos/das estudantes e são elencados no plano de formação. No início de cada ano letivo, com base na experiência do ano anterior, por meio das problemáticas levantadas em sala, dos anseios das famílias sinalizados em conversas, de reuniões e visitas às famílias, as professoras e professores monitores, em reunião pedagógica, avaliam os temas geradores e a metodologia a ser adotada no desenvolvimento de cada tema. Cada turma tem temas diferentes, assim eles não se repetem ao longo dos anos finais do ensino fundamental. Ao longo do ensino fundamental, os temas perpassam o meio familiar, comunitário e sócio-profissional. O subtema do tema gerador<sup>7</sup> muda conforme o enfoque dado pelas/os estudantes no momento em que levantam tópicos e questões a serem pesquisadas no tema proposto.

O desenvolvimento de cada tema e seu plano de estudo é de responsabilidade de uma dupla de professores monitores. A dupla é encarregada de pensar e elaborar uma motivação para o tema, que pode ser um filme, uma palestra, um teatro, uma visita, entre outros, sobre o tema em estudo. Durante as etapas do desenvolvimento do plano de estudo, a dupla registra os pontos positivos e negativos do processo, a fim de avaliar a metodologia adotada.

A seguir, por meio da mediação da dupla, são levantados tópicos a serem pesquisados sobre o tema. A partir dos tópicos, a turma é dividida em grupos e eles elaboram o título, o chapéu<sup>8</sup>, as questões e um pensamento. Em uma plenária, os grupos socializam seus registros

---

<sup>7</sup>As Escolas Família Agrícola, com base na trajetória que possuem, tendo sido influenciadas por Paulo Freire, adotaram o conceito de temas geradores para se referir às temáticas que vão ser o ponto de partida para todo o trabalho que será desenvolvido pelos Planos de Estudo e pelos Planos de Formação. No entanto, o que as EFA entendem por tema gerador não é o mesmo que Paulo Freire entendeu, e a diferença fundamental consiste no fato de que o tema gerador de Paulo Freire é, por definição, expressão de situações limites específicas de cada comunidade concreta atendida pela escola. Por outro lado, o tema gerador, de acordo com as EFA, é um conjunto de temas que aborda questões muito presentes na vida dos camponeses e camponesas e, portanto, merecem um tratamento aprofundado na escola e foram selecionados na história das EFA.

<sup>8</sup>“Chapéu” é um texto introdutório que convida a família/comunidade a responder ao Plano de Estudo.

e, de forma coletiva, o plano de estudo é estruturado com o título, o chapéu, as questões e o pensamento que a turma julgou pertinente. A turma, de forma coletiva, dá o tom ao tema proposto por meio das questões elencadas, problematizando a realidade. O plano de estudo é digitado e entregue aos estudantes para ser respondido na sessão familiar (semana em que permanecem em casa), retornando com respostas na sessão escolar (semana em que permanecem na escola).

De volta à escola, os dados coletados são registrados e organizados no Caderno da Realidade, por meio de redação ilustrada e síntese da turma. A síntese é elaborada de forma coletiva por meio da socialização dos dados de cada estudante. Esse momento proporciona a troca de informações e conhecimento da realidade com as problemáticas de cada um. A sensibilidade da dupla é de extrema importância no momento da síntese, pois é nesse momento que as problemáticas e inquietações surgem, podendo levar à alteração de temas geradores, subtemas e enfoques diferentes. Essa síntese é digitada e entregue para a turma e para os professores monitores, que destacam as problemáticas sinalizadas e orientam o trabalho em sala de aula dinamizando o currículo que é denominado na PA como plano de formação:

Atualmente o currículo, que na Pedagogia da Alternância é denominado *Plano de Formação* é construído no coletivo dos monitores, nos encontros, onde são discutidos o que é comum a todas as EFA's (Temas Geradores, avaliação, visita às famílias) e nos espaços tempos da EFA, onde cada equipe de monitor constrói e desenvolve projetos de acordo com as necessidades e possibilidades de sua realidade (Jesus, 2007, p. 150).

Como exemplo de algumas problemáticas, tivemos: o alto consumo de alimentos industrializados dentro do tema gerador “Alimentação”; a falta de registro da origem da comunidade dentro do tema “Comunidade”; o uso de agrotóxicos dentro do tema “Culturas Agrícolas”; a falta de conhecimento sobre o clima da região dentro do tema “Clima”, entre outras.

A dupla responsável organiza uma complementação para o tema, podendo ser visita, palestra ou até mesmo uma atividade de retorno, que se trata de um retorno dos conhecimentos desenvolvidos na escola para a família e comunidade. A família avalia o estudante nessa apresentação, em casa, culminando em uma nota, assim como todo o processo do plano de estudo e organização do Caderno da Realidade para todas as áreas do conhecimento. Dessa maneira, os temas geradores problematizam a realidade da educanda e do educando e as áreas de conhecimento desenvolvem todo um trabalho interdisciplinar:

O Plano de Estudo é a chave deste proceder interdisciplinar, pois é o instrumento que permite desencadear a motivação e a compreensão do significado político e social dos conteúdos em nível curricular. Sendo assim, o elemento em que consiste a problematização e o diálogo, que organiza a reflexão e desperta o interesse para um aprendizado dinâmico no fazer interdisciplinar (Schunck, 2010, p. 2).

A Educação Popular se materializa nas Escolas Famílias no momento em que a realidade camponesa é tema de plano de estudo, de debate, de problematização, no sentido de valorização dessa realidade e dos saberes produzidos nas e pelas comunidades campesinas.

### **Algumas considerações**

A fim de reconhecer a trajetória constitutiva dos movimentos e práticas empreendidas pela Educação Popular, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, buscamos aqui, na esteira da história, os entrelaçamentos constitutivos desses movimentos. Analisando os processos constitutivos das proposições educativas, além do compromisso com a emancipação humana também se comprometem com o trabalho e não com o capital.

Compreendemos que a Educação Popular e a Educação do Campo brotam da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, acumulam experiências de lutas em cada contexto histórico, que estão aliadas ao trabalho dos intelectuais, estabelecendo nexos e relações sobre muitos fundamentos entre a reconfiguração da Pedagogia da Alternância, a partir dos encontros desta com os movimentos sociais organizados e a partir das novas produções teórico-práticas produzidas nos territórios brasileiros. A Pedagogia da Alternância nasce por meio de uma instituição filantrópica, com a participação de agricultores e lideranças das comunidades. Ela inventa-se e reinventa-se com as diversas interlocuções no âmbito da diversidade de movimentos e práticas populares.

Esperamos que a leitura desta pesquisa evidencie a importância das políticas públicas para a educação do campo, e que a história de uma pequena comunidade, que segue resistindo ao fechamento das escolas do campo e que fez a diferença ao buscar uma escola do, no e com o campo, possa motivar demais camponeses a lutarem por uma educação que fale da gente e com a gente. As sementes estão lançadas.

## Referências

- AMARAL, D. M. **Pedagogia da Terra**: olhar dos/as educandos/as em relação à primeira turma do estado de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2541>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico. *In*: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação no campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. p. 10-32. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/contribuicoes-para-a-construcao-de-um-projeto-de.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- CALIARI, R. **A presença da família camponesa na Escola Família Agrícola**: o caso de Olivânia. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2173>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- COMECES. Comitê Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo. **Proposta de Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Espírito Santo**. Vitória, 2014.
- GERKE, J.; SANTOS, S. P. Alternância e seus 50 anos: uma possibilidade formativa da educação do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 4, 2019. DOI 10.20873/uft.rbec.e7292. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/7292>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- JESUS, J. G. **Formação de professores na pedagogia da alternância**. Vitória: GM Editora, 2011.
- LOCATELI, A. **Da agricultura tradicional à agricultura familiar inovadora**: contributo das formações no rito de passagem. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Tours, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/394>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- MOLINA, M. C. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de educação do campo. *In*: MOLINA, M. (org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 137-149. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Vendramini.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.

NOSELLA, P. **Educação no campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

PALUDO, C. Educação popular e educação do campo: nexos e relações. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

PIZETTA, A. J. **Formação e práxis dos professores de escolas de assentamento**: a experiência do MST no Espírito Santo. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

SANTOS, R. B.; SILVA, M. A. Caracterização da educação do campo no Espírito Santo. **Recôncavo**, Belford Roxo, v. 5, n. 8, p. 96-115, 2015. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1966>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SCHUNCK, C. *et al.* Meio ambiente em debate: uma metodologia vinculada à prática. *In*: SILVA, A. S. *et al.* (org.). **Saberes e práticas**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 207. (Coleção Educação do Campo).

Submetido em 12 de maio de 2023.

Aprovado em 10 de outubro de 2023.